

SESSÕES DO PLENÁRIO

88ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de setembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. CARLOS BRASILEIRO *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, João C Bacelar, J. Carlos, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Raimundo. (48)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ângela Sousa, comunicando sua ausência da sessão no dia 02/09/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. José de Arimatéia, comunicando sua ausência das sessões nos dias 27, 28 e 29/08/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Targino Machado, comunicando sua ausência da sessão no dia 07/08/2013, em decorrência de problemas de saúde, estando impedindo de deslocamento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões especiais: 32ª, 33ª, 35ª, 36ª, 37ª, 39ª, realizadas, respectivamente, em 1º, 2, 15, 15, 16 e 22 de agosto de 2013; das sessões ordinárias 66ª, 67ª, 68ª, 70ª, 71ª, 72ª, 74ª, 75ª, 76ª e 77ª, realizadas, respectivamente, em 1º, 5, 6, 8, 12, 14, 20, 21, 22 e 26 de agosto de 2013.

Em votação as atas que acabaram de ser lidas. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Pequeno Expediente.

Com a palavra a primeira oradora desta tarde, deputada Luiza Maia, liderança de Camaçari, futura prefeita dessa cidade importante da Bahia.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, primeiro, quero saudar os Srs. Deputados e a imprensa.

Capitão Tadeu, eu já havia falado sobre isso, mas fiquei muito feliz quando o empresário tomou a decisão de extinguir a banda. Mas essa ação devia ser feita pela Justiça, quem devia extinguir a banda de estupradores não era o dono.

Viram que vão ser condenados e presos, porque os laudos estão lá, comprovando. Viram que ninguém suporta mais um absurdo daquele, e que nós denunciemos ao Ministério Público, que foi a apologia que ele fez ao crime, pois disse que o que foi ruim no início depois virou coisa boa: a banda ficou famosa, porque estuprou duas meninas daquela forma, e estava fazendo mais shows.

Quem deveria tomar essa providência era a Justiça, e não liberá-los, como fez. Mas ele viu que não tinha jeito e acabou a banda. E nós, as mulheres da Bahia, estamos comemorando. Amanhã começa de novo o julgamento, e vamos estar acompanhando também.

Queria também, Sr. Presidente, registrar aqui que participei de uma audiência pública em Nazaré das Farinhas sobre a instalação da UFRB no município, assim como no Município de Valença. No projeto inicial, a universidade abrangia os municípios de Cruz das Almas, como sede, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Valença, Nazaré das Farinhas e mais dois municípios que não lembro agora. Inexplicavelmente, 10 anos depois o reitor e a comunidade desses dois municípios vêm lutando para que se instale lá a Universidade Federal do Recôncavo. Então, pediram-me para solicitar desta Casa uma audiência pública ou uma sessão especial para que o Poder Legislativo ajude nessa campanha, nessa luta.

Não tem explicação, está no projeto inicial e estamos solicitando audiências com o governador, com o ministro da Educação e com a própria presidenta Dilma. Foi muito interessante porque, além dos estudantes e da sociedade presente, estavam também os deputados federais Zezéu Ribeiro e Luiz Alberto, vereadores do município e de Valença, todos empenhados nessa batalha para instalar a Universidade Federal do Recôncavo nesses dois municípios.

Quero contar com o apoio de todos vocês, já que acho interessante a luta pela

ampliação do ensino universitário no Brasil. O ensino público, a universidade pública é de fundamental importância. Já vimos o avanço que tivemos com o presidente Lula e a presidenta Dilma, mas é sempre bom, principalmente, quando já está definido e aprovado pelo Ministério da Educação.

Quero registrar também que foi uma pena, deputado Carlos Geilson, a Oposição ter corrido de Camaçari, pois foi uma sessão muito bonita, participativa, 33 deputados estiveram presentes. Pena que as cadeiras vazias da Oposição não foram ocupadas, mas entendemos também que – eu até coloquei isso na minha rede social – talvez não quisessem ir para não verem os avanços de Camaçari, ou então ficaram com medo do debate.

Iniciamos uma discussão sobre algumas questões do município de Camaçari e queríamos aprofundar este debate. Mas faz parte, foi uma sessão muito bonita, o prefeito e o ex-prefeito foram homenageados pelo presidente da Casa; também fizemos uma homenagem a um líder comunitário que é mestre de capoeira e faz um trabalho de inclusão muito interessante com as crianças, principalmente aquelas com deficiência. Foi fundamental.

Também houve um debate sobre a emancipação de Abrantes. Acho que esta Casa precisa ter posição, tenho simpatia por essa proposta, mas acho que a Bahia já tem municípios demais. Dentro de Camaçari, como já coloquei, não sei como ficaríamos com Abrantes ou com Camaçari, mas tem sido uma discussão que está crescendo no município e, como esta Casa também é parte da decisão desse debate de se ampliar o número de municípios na Bahia, quero também pedir o apoio para fazermos essa discussão.

Para concluir, quero também dizer que participamos de uma audiência pública no município de Catu para tratar da questão da segurança. Vou deixar para falar amanhã porque não tenho mais tempo. Trata-se da postura de um delegado em relação aos vereadores daquela cidade. Estes me pediram apoio, por isso, precisamos fazer esse debate nesta Casa e pedir apoio a este Poder.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente Carlos Brasileiro, nobres deputadas, deputada Luiza Maia, nobres deputados, Srs. da Imprensa, nossos companheiros e companheiras servidores, hoje pela manhã tivemos um debate, gravado pela *TV Assembleia*, sobre um tema extremamente importante, mas que foi sempre inviabilizado: a síndrome da alienação parental. É uma questão velha que se abate sobre a sociedade não só brasileira, como mundial, que é quando um dos genitores ou parentes de genitores têm a guarda da criança, desqualificam o outro, ou o pai, ou a mãe, de ambas as partes no sentido de induzir a criança a desqualificar o genitor que não está presente naquele momento.

Sabemos que, com a separação do casal, com o divórcio, o amor se acaba, mas

a criança não tem nada a ver com isso. Não só a criança como também é uma questão de direitos humanos, que envolve o direito dos pais, o direito do homem, o direito da mulher e principalmente o direito da criança a ter uma convivência harmônica, pacífica, que o ajude a formar aquela personalidade, que é a convivência com os pais. Quando os pais se separam, em alguns casos, estima-se que temos no Brasil 16 milhões de crianças vítimas da alienação parental. Essa desqualificação do pai, da mãe constitui ao longo do tempo, quando é feito cotidianamente, um conjunto de sérias sequelas psicológicas, comportamentais na personalidade da criança, que vai se tornar um adulto com problemas sérios.

Então a qualificação do ser humano, sendo homem ou mulher, exige um conforto principalmente na primeira idade, que significa a segurança dada pelos pais.

Isso foi regulamentado, criou-se uma legislação há cerca de três anos, o ato foi assinado pelo presidente Lula, mas a sociedade não tem conhecimento dessa lei. Por isso estamos abrindo o debate, porque é uma questão que interessa a toda a sociedade e é papel do Estado intervir no sentido de colaborar para educar e conscientizar os cidadãos.

Estamos realizando em 24 de outubro uma audiência pública onde deverá ser lançada uma cartilha do Tribunal de Justiça, assinada pelo desembargador-presidente Mário Alberto. Será o primeiro instrumento publicado no sentido de fazer esse esclarecimento. Nessa audiência vão estar presentes o poder Judiciário, o Parlamento, os atores da sociedade que estudam a questão, técnicos psicanalistas, psicólogos. Essa audiência foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos por entendermos que é uma questão fundamental do direito das pessoas, principalmente das crianças e dos adolescentes.

Essa lei precisa ser divulgada para ser conhecida e nós fugimos da velha tradição que para os problemas da sociedade sempre se cria uma lei nova e não se aplica, mas a sociedade não tem consciência daquilo que é importante.

Esperamos abrir o debate e que o Parlamento contribua para que a sociedade tome mais consciência de uma questão grave que traz extremo prejuízo a nossas crianças que tornam-se depois adultos com problemas, porque tem que conviver com o alienador praticamente transformando-os em órfãos da sociedade.

Então o pai que está vivo ou a mãe que está viva, eles matam esse pai e mães durante o dia a dia, agredindo-os e desqualificando-os.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson, da Princesa do Sertão.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Luiza Maia, galerias desta Casa, colegas da Imprensa, Tasso Franco já bateu a foto. O cenário é de um Plenário vazio. Mas estamos aqui cumprindo com o nosso mister e com a nossa obrigação. Claro, dói na alma e dói no coração olhar para estas cadeiras vazias. Mas cada parlamentar conduz seu mandato como melhor lhe aprouver.

Então, não se faz só um mandato aqui dentro do Plenário. Creio que aqueles que não estão aqui estão exercendo seus mandatos de forma digna em outras atividades, em outros locais, em outros setores, inclusive setores desta Casa.

Antes de entrar no assunto propriamente dito que quero abordar, gostaria de dizer à deputada Luiza Maia que a Oposição não foi a Camaçari, não por falta de assuntos para o debate. Aqui, o sentimento é o de que, na última sessão de terça-feira, há um velho ditado que diz “macaco não olha para rabo”. Veja se esse ditado não é bem coerente.

Nós passamos aqui horas e horas convocando os governistas para o debate. Ninguém subiu à tribuna para debater. Mas a Oposição, por se sentir, o termo é forte, esse que vou usar, mas é verdade, estrupada pela forma como o presidente conduziu a última sessão, achou por bem não comparecer à sessão em Camaçari. Foi uma decisão de Bancada que não tinha nada a ver com assuntos pertinentes ao município de Camaçari. Pela minha vontade, iria a Camaçari. Mas faço parte de um grupo, melhor, de uma bancada. E esta foi a decisão, acertada ou não, mas foi a decisão que tomamos. Decidimos não participar desta sessão itinerante.

Agora, correr do debate? Acho que a deputada Luiza Maia pegou o bonde atravessado em Camaçari e não conseguiu chegar à Assembleia, porque o que mais fizemos aqui foi convocar os deputados governistas para o debate. E eles correram em algumas sessões como o “cão foge da cruz”.

Mas o assunto que quero abordar, hoje, é pegando uma matéria na minha Feira de Santana, no *Blog da Feira*, que chamo a atenção dos colegas da TVE que diz o seguinte.

(Lê) “*Apesar de ter sido fundada em 1985 no governo de um feirense, o atual senador João Durval, a TVE nunca teve presença marcante em Feira de Santana e até hoje o sinal dessa emissora ‘é uma piada’ de tão fraco e ruim.*

Na maioria dos bairros de Feira de Santana as imagens da televisão estatal é sofrível e frequentemente está fora do ar por ‘problemas técnicos’.

Produtora de importantes documentários sobre a cultura baiana, a TVE praticamente esquece Feira de Santana quando se trata de produção de conteúdo.

A exceção a esse comportamento são as coberturas da Micareta e um documentário sobre o samba-de-roda Quixabeira da Matinha, do tempo em que Coleirinho da Bahia ainda era vivo.”

Esta é a matéria do *Blog da Feira* que retrata a realidade. Eu falo isso, porque sei da importância da TVE para os baianos. É uma opção que se tem de uma televisão educativa, com seus documentários, com as histórias que são abordadas aqui, os movimentos culturais.

E quero acrescentar à matéria do jornalista Jânio Rêgo que, acerca de 15 dias, eu tive o prazer de assistir, num sábado à tarde, a um documentário sobre a *Quixabeira Lagoa da Camisa* em Feira de Santana, porque, lá, existem a Quixabeira da Matinha e a Quixabeira Lagoa da Camisa com um samba autêntico e original.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Para nós, envolvidos com a cultura, isso,

realmente, é de suma importância. Nós estamos clamando uma melhor qualidade no sinal da TV justamente por isso, porque queremos ter mais opção na televisão. Nem todos assistem a novelas ou outros programas das TVs comerciais. Os documentários são importantes, e a TV Educativa precisa melhorar o seu sinal em Feira de Santana para que tenhamos mais opções e possamos interagir, assistir, aprender, analisar e conhecer melhor a história e os movimentos culturais deste Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra a deputada Graça Pimenta pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Meus cumprimentos: ao Sr. Presidente, às Sras. Deputadas, aos Srs. Deputados; à imprensa; aos cidadãos presentes às Galerias; aos funcionários desta Casa e a todos que nos acompanham através do *Canal Assembleia*.

Nobres parlamentares, venho a esta tribuna para difundir a campanha nacional intitulada ‘Mulher, tome partido. Filie-se!’, lançada há poucos dias pela Coordenadoria de Direitos da Mulher e pelas Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado. A meta com a iniciativa é elevar em 20% o número de mulheres filiadas aos partidos políticos e em 30% a representatividade feminina naquelas duas Casas a partir das eleições de 2014, mas também podemos almejar a ampliação do número de mulheres nos Poderes Legislativo e Executivo do nosso Estado.

Conforme dados veiculados no *site* da União dos Municípios da Bahia (UPB) depois das eleições de 2012, dos 5.565 municípios brasileiros, cerca de 660 são comandados por mulheres. Vale lembrar que a instituição é presidida pela jovem Maria Quitéria, prefeita de Cardeal da Silva reeleita com 54% dos votos válidos. Na Bahia, dos 417 municípios, cerca de 60 são geridos pelo sexo feminino. Houve aumento de 31,5% e 36% respectivamente no número de mulheres eleitas. No que diz respeito às Câmaras Municipais do País, 7.653 mulheres foram eleitas no pleito recente.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, informações do Senado Federal pontuam que dos 81 senadores brasileiros, apenas oito são mulheres. Na Câmara Federal, dos 513 deputados, 46 são do sexo feminino. Levando em consideração a marcante presença da população feminina no eleitorado brasileiro, é possível notar um enorme desequilíbrio de representatividade.

Números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), amplamente divulgados pela imprensa, dão conta de que as mulheres representam 51,3% do eleitorado. Conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA), divulgados por ocasião das eleições de 2012 através do *site* G1, o eleitorado feminino em nosso Estado é de 51%.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada neste mês também pela imprensa, indica que a Bahia tem cerca de 130 mil mulheres a mais do que homens. Até 2030, as projeções do órgão apontam que a diferença entre mulheres e homens no Estado pode chegar a 461 mil. Com isso, são grandes as

chances do eleitorado baiano feminino continuar crescendo. Nobres parlamentares. Hoje temos uma mulher no comando da presidência da República, mas temos que aumentar a participação das mulheres nas esferas do poder. Um ranking elaborado pela União Interparlamentar, que avalia a penetração política por gêneros em 146 países, aponta que Brasil ocupa o distante 110º lugar, atrás de nações como Serra Leoa, Togo e Eslovênia.

As questões relativas à presença das mulheres tem significado tão importante que elas estão entre as questões que poderão ser abordadas na possível reforma política prevista para este semestre. Sem dúvidas a presença das mulheres é essencial para que possamos construir um novo processo sócio-democrático.

A campanha "Mulher, tome partido. Filie-se!" já nasceu com o apoio da entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. A primeira fase da campanha terá inserções publicitárias nacionais em rádio e televisão. Depois do prazo de filiação, a iniciativa continua através de ações direcionadas a dirigentes partidários para que as mulheres filiadas registrem candidatura. Quero aqui declarar o meu apoio a essa iniciativa para que possamos ter mais mulheres inseridas na vida política do nosso país, lutando por melhores condições de vida para toda a sociedade.

Muito obrigado!"

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, o deputado Carlos Geilson foi à tribuna agora enaltecer uma atitude reprovável da Minoria, porque a Minoria é tão importante nesta Casa como a Maioria, na democracia. E ali uma atitude de boicotar a participação num evento tão importante que o presidente desta Casa se empenha tanto em fazer o esforço de levar ao povo, para que o povo conheça, e o deputado ainda vem se enaltecer de uma atitude como essa, que boicotou uma atividade tão importante como aquela, uma decisão de Bancada. Eu fico chocado com essa atitude do deputado, que revela que houve uma combinação para não ir ao município de Camaçari.

Então, deputada Luiza Maia, eu estou aqui estarrecido, não esperava que isso fosse auto-declarado.

Eu ia pedir a verificação de quórum, mas vou aguardar aqui, porque o deputado Paulo Azi chega ao plenário e pede para falar, acho que é um direito dele, inclusive ele deveria ir a Camaçari para falar, para a gente fazer o debate de como o ex-prefeito Luiz Caetano, há 8 anos, encontrou aquele município, totalmente destruído, os computadores ou os que existiam, totalmente zerados, não tinha como se reconstruir a administração daquele município. De forma que foi uma perda para a democracia, um desrespeito ao Parlamento e também um desrespeito ao povo de

Camaçari que aguardava com muito entusiasmo a repetição de todas aquelas audiências, aquelas sessões itinerantes que nós tivemos por todo esse Estado, Juazeiro, Itabuna, que eu me lembro como foram debates empolgantes.

De forma que foi um prejuízo muito grande, eu só tenho aqui a lamentar e nunca a acordar ou concordar que aquilo ali foi combinado. Eu fico muito triste com essa confissão que foi feita aqui pelo deputado Carlos Geilson.

Então, atendendo ao deputado Paulo Azi, vou retirar o meu pedido de verificação de quórum, mas logo após o final da fala dele eu gostaria de recolocar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Paulo Azi, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, agradeço a V.Ex^a a oportunidade, Srs. Parlamentares, senhores que acompanham esta sessão, subo a esta tribuna, mais uma vez, para demonstrar as minhas preocupações com os rumos que o nosso Estado está tomando.

Se formos acompanhar o noticiário dos últimos dias, a sensação que temos é que vivemos em um desgoverno. Parece que a Bahia não tem governo, Sr. Presidente. E isso é algo que está se generalizando, deputado Marcelino. A cada dia, brotam sinais eloquentes de que falta governo em nosso Estado. A sensação que se tem é que existe uma paralisia completa da administração pública.

Veja V.Ex^a, se formos olhar para a área da Educação, deparamo-nos com colégios estaduais fechados porque as pessoas que prestam serviços terceirizados estão há 3 meses sem receber salário. Os colégios estaduais da Bahia com as suas portas lacradas. Se formos avaliar o que ocorre na Saúde, a imprensa hoje noticia a revolta de setores médicos com o iminente fechamento da Pediatria do Hospital Ernesto Simões porque, segundo dizem, esse serviço não dá lucro ao Estado.

Se formos para a área da Cultura, as notícias que temos é que os artistas, os profissionais estão com a mão na cabeça porque todos os projetos que foram encaminhados e aprovados foram sumariamente suspensos pelo governo da Bahia. Se formos para a área da Infraestrutura, nos deparamos com uma greve dos feirantes de São Joaquim, que não aguentam mais a paralisia da construção e da reforma daquele espaço público.

Esses são apenas exemplos, deputado Marcelino, cabais da situação de desgoverno que estamos passando e convivendo em nosso Estado. E se não bastasse tudo isso, se isso tudo já não fosse suficiente para exigir ações e atitudes firmes do nosso governador, ele próprio se achou agora no direito de tirar férias. Anunciou que estaria tirando uma semana de férias para descansar com sua família.

Vejam a que ponto chegamos, vejam a que ponto, deputada Luiza Maia, o nosso Estado chegou. Um Estado que sofre ao longo dos anos com a falta de atitude do governo. Eu fico daqui preocupado acompanhando os últimos acontecimentos da região Sul do Estado, aquela situação indefinida entre índios e produtores rurais. Foram necessários 60 dias de impasse para que o governador se achasse incomodado

a buscar uma solução.

É lamentável, volto a repetir, a situação de desgoverno por que passa a administração pública do nosso Estado, com consequências sérias e graves que interferem diretamente na vida das pessoas. Já falei da Educação e da Saúde. Não preciso nem falar da criminalidade, porque não para de aumentar. Enquanto isso, Sr^{as} e Srs. Deputados, o nosso governador se deu uma semana de férias.

Espero que quando ele retorne, venha finalmente iniciar o seu governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, reitero o meu pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Sua solicitação será atendida, deputado.

Registramos a presença dos deputados Graça Pimenta, Tom Araújo, Carlos Geilson, Marcelino Galo, Luiza Maia, Paulo Azi, Sidelvan Nóbrega, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro e Sargento Isidório. Não havendo quórum para a continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*